

Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

ATA NÚMERO 65/XV/2.ª SL

Aos 27 dias do mês de setembro de 2023, pelas 9 horas, reuniu a Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão, na Sala do Senado do Palácio de São Bento, na presença das Senhoras e dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

I Parte - 9h

Audição da Senhora Provedora da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Ana Jorge, a [requerimento do Grupo Parlamentar do PSD](#), sobre a situação financeira da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.

II Parte - 10h

Audição da Senhora Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, Ana Mendes Godinho, a requerimento dos Grupos Parlamentares do [PSD](#) e do [CH](#), sobre a situação financeira da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.

III Parte - 11h

Audição da Comissão Representativa dos cidadãos subscritores do [Projeto de Lei n.º 855/XV/1.ª \(Cidadãos\)](#) — Alargamento da Licença Parental inicial, nos termos do n.º 4 do artigo 9.º da Lei n.º 17/2003, de 4 de junho, que regula a iniciativa legislativa de cidadãos.

Dra. Graça Gonçalves

Dra. Margarida Pereira de Almeida e de Brito

Enfermeira Ana Lúcia Torgal

Dra. Catarina Daniela Lopes

Dr. João Toscano Alves

Dra. Cristina Pincho

IV Parte - 12h

1. Apreciação e votação da ata da reunião n.º 64, de 20 de setembro de 2023;
2. Comunicação de baixa à Comissão e distribuição de iniciativas - designação do Deputado autor do parecer e deliberação sobre a submissão a apreciação pública e eventuais consultas a realizar;
3. Discussão e votação dos relatórios sobre as seguintes iniciativas legislativas:
 - [Projeto de Lei n.º 836/XV/1.ª \(PSD\)](#) – Reforça a proteção e os direitos de todos os trabalhadores-estudantes;
Relator: Deputado Tiago Barbosa Ribeiro (PS)
 - [Projeto de Lei n.º 876/XV/1.ª \(IL\)](#) — Pela liberdade de escolha da creche;
Relatora: Deputada Mara Lagriminha Coelho (PS)
 - [Projeto de Lei n.º 877/XV/1.ª \(IL\)](#) - Inclui crianças com ambos os pais a desenvolverem atividade profissional nos critérios de acesso às creches gratuitas;
Relator: Hugo Maravilha (PSD)
 - [Projeto de Lei n.º 882/XV/1.ª \(PAN\)](#) — Cria um apoio extraordinário para a frequência de creches ou amas, destinado às crianças que não tenham tido acesso a vaga abrangida pela gratuitidade no setor social e solidário ou nas creches licenciadas da rede privada lucrativa;
Relatora: Deputada Mara Lagriminha Coelho (PS)
 - [Proposta de Lei n.º 95/XV/1.ª \(GOV\)](#) – Autoriza o Governo a legislar sobre o regime jurídico relativo à qualificação e formação dos inspetores de veículos a motor;
Relatora: Deputada Carla Castro (IL)
4. Discussão e votação do relatório sobre a [Petição n.º 170/XV/1.ª](#) — Pela prorrogação do prazo para execução de obras referenciadas no relatório do ISS, I.P. nas



Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

ATA NÚMERO 65/XV/2.ª SL

instalações sitas na Rua da Vila, Penamaior, Paços de Ferreira, da iniciativa de Andreia Cristina Portela Peixoto (363 assinaturas);

Relatora: Deputada Cristina Mendes da Silva (PS)

5. Discussão e votação do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD para audição, com caráter de urgência, do anteriores Provedores da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Edmundo Martinho e João Pedro Correia, bem como a anterior Administradora, Filipa Klut, sobre «os factos e acontecimentos que deram origem à atual situação problemática da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa»;
6. Discussão e votação do relatório de atividades da Comissão referente à 1.ª Sessão Legislativa da XV Legislatura;
7. Outros assuntos.

O Senhor Vice-Presidente da Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão, Deputado Alfredo Maia (PCP), que começou por conduzir os trabalhos dada a impossibilidade de a Senhora Presidente estar presente, cumprimentou as Senhoras e os Senhores Deputados, entrando-se de seguida na agenda da reunião, nos seguintes termos:

I Parte - 9h

Audição da Senhora Provedora da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Ana Jorge, a [requerimento do Grupo Parlamentar do PSD](#), sobre a situação financeira da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.

O Senhor Presidente em exercício começou por saudar a Senhora Provedora da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Dra. Ana Jorge, e por dar nota do objeto da audição, passando depois a palavra à Senhora Deputada Clara Marques Mendes (PSD), que apresentou o [requerimento](#) que motivou a realização da audição. Em resposta, numa intervenção inicial, tomou a palavra a Senhora Provedora.

Na ronda dedicada aos Grupos Parlamentares, usaram da palavra a Senhora e os Senhores Deputados Jorge Gabriel Martins (PS), Nuno Carvalho (PSD), Jorge Galveias (CH), Carla Castro (IL), Alfredo Maia (PCP) e José Moura Soeiro (BE). No final, a Senhora Provedora respondeu conjuntamente às questões dos Senhores Deputados.

Antes de dar a audição por concluída, o Senhor Presidente em exercício agradeceu a presença da Senhora Provedora, bem como todos os esclarecimentos prestados.



Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

ATA NÚMERO 65/XV/2.ª SL

A audição foi objeto de gravação em [suporte vídeo](#), constituindo essa gravação parte integrante desta ata, pelo que se dispensa o seu desenvolvimento mais aprofundado nesta sede.

II Parte - 10h

Audição da Senhora Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, Ana Mendes Godinho, a requerimento dos Grupos Parlamentares do [PSD](#) e do [CH](#), sobre a situação financeira da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.

O Senhor Presidente em exercício deu as boas-vindas à Senhora Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, Ana Mendes Godinho, e explicitou o objeto da audição, dando nota, igualmente, da grelha de tempos a adotar.

Em primeiro lugar, tomaram a palavra a Senhora Deputada Clara Marques Mendes (PSD) e o Senhor Deputado Jorge Galveias (CH), na qualidade de requerentes, para apresentação dos respetivos requerimentos ([PSD](#) e [CH](#)), seguindo-se uma intervenção inicial de resposta por parte da Senhora Ministra.

Em nome dos respetivos Grupos Parlamentares, intervieram, numa ronda única, a Senhora e os Senhores Deputados Jorge Gabriel Martins (PS), Nuno Carvalho (PSD), Jorge Galveias (CH), Carla Castro (IL), Alfredo Maia (PCP) e José Moura Soeiro (BE), tendo a Senhora Ministra respondido, no final e conjuntamente, às intervenções dos Senhores Deputados.

O Senhor Presidente em exercício terminou a audição agradecendo a disponibilidade da Senhora Ministra e os esclarecimentos por si prestados.

A audição foi objeto de gravação em [suporte vídeo](#), constituindo essa gravação parte integrante desta ata, pelo que se dispensa o seu desenvolvimento mais aprofundado nesta sede.

III Parte - 11h

Audição da Comissão Representativa dos cidadãos subscritores do [Projeto de Lei n.º 855/XV/1.ª \(Cidadãos\)](#) — Alargamento da Licença Parental inicial, nos termos do n.º 4 do artigo 9.º da Lei n.º 17/2003, de 4 de junho, que regula a iniciativa legislativa de cidadãos.

Dra. Graça Gonçalves

Dra. Margarida Pereira de Almeida e de Brito



Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

ATA NÚMERO 65/XV/2.ª SL

Enfermeira Ana Lúcia Torgal
Dra. Catarina Daniela Lopes
Dr. João Toscano Alves
Dra. Cristina Pincho

Na terceira parte da reunião, o Senhor Presidente em exercício saudou a presença dos membros da Comissão Representativa dos cidadãos subscritores do Projeto de Lei n.º 855/XV/1.ª (Cidadãos) - Alargamento da Licença Parental inicial, desculpando-se pelo atraso verificado no início da [audição](#) e dando a palavra à Dra. Graça Gonçalves, para uma exposição inicial. Na ronda dedicada aos Grupos Parlamentares, usaram da palavra os Senhores e as Senhoras Deputadas Cristina Sousa (PS), relatora da iniciativa em apreço, Helga Correia (PSD), Jorge Galveias (CH), Carla Castro (IL), Alfredo Maia (PCP) e José Moura Soeiro (BE). Em resposta, interveio pela Comissão Representativa a Enfermeira Ana Lúcia Torgal, que procedeu aos esclarecimentos devidos.

A audição foi objeto de gravação em suporte [áudio](#) e [vídeo](#), constituindo parte integrante desta ata, pelo que se dispensa o seu desenvolvimento mais aprofundado nesta sede.

Passou-se então à derradeira parte da Ordem de Trabalhos, tendo, entretanto, a Senhora Presidente Isabel Meirelles assumido a condução dos trabalhos.

IV Parte - 12h

1. **Apreciação e votação da ata da reunião n.º 64, de 20 de setembro de 2023;**

A ata identificada foi aprovada por unanimidade.

2. **Comunicação de baixa à Comissão e distribuição de iniciativas - designação do Deputado autor do parecer e deliberação sobre a submissão a apreciação pública e eventuais consultas a realizar;**

A Senhora Presidente comunicou que haviam baixado à Comissão o Projeto de Lei n.º 904/XV/2.ª (PAN) - Salvaguarda o acesso dos trabalhadores independentes com estatuto de trabalhador-estudante ao abono de família, a bolsas de ensino superior e a pensões de sobrevivência, alternado o Decreto-Lei n.º 70/2010, de 16 de junho, com conexão à 8.ª Comissão, para o qual não foi designado relator, tendo em conta que a sua discussão na generalidade estava já agendada para sexta-feira, 29 de setembro; e



Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

ATA NÚMERO 65/XV/2.^a SL

o Projeto de Lei n.º 915/XV/2.^a (CH) - Reconhece a profissão de enfermeiro como de desgaste rápido e permite a antecipação da idade de reforma para os 55 anos, comprometendo-se o GP do PSD a indicar o respetivo relator com a brevidade possível.

3. Discussão e votação dos relatórios sobre as seguintes iniciativas legislativas:

- Projeto de Lei n.º 836/XV/1.^a (PSD) – Reforça a proteção e os direitos de todos os trabalhadores-estudantes;

Relator: Deputado Tiago Barbosa Ribeiro (PS);

O Senhor Deputado relator propôs a adesão ao conteúdo da nota técnica, em anexo ao relatório, nos termos do n.º 3 do artigo 139.º do Regimento da Assembleia da República (RAR), recentemente alterado, concluindo que a presente iniciativa legislativa cumpria os requisitos formais, constitucionais e regimentais em vigor e que o relatório deveria ser remetido a Sua Excelência o Presidente da Assembleia da República. Submetido a votação, o mesmo foi aprovado por unanimidade.

- Projeto de Lei n.º 876/XV/1.^a (IL) — Pela liberdade de escolha da creche;

Relatora: Deputada Mara Lagriminha Coelho (PS);

Também a Senhora Deputada relatora preconizou a adesão ao conteúdo da respetiva nota técnica, nos termos do n.º 3 do artigo 139.º do RAR, concluindo que, não obstante a chamada de atenção a propósito da eventual violação do princípio da separação de poderes, o que é entendido como “uma questão algo controversa na doutrina”, se consideravam genericamente cumpridos os requisitos para debate da iniciativa em plenário, até porque a mesma era suscetível de ser alterada em sede de especialidade. Submetido a votação, também este relatório foi aprovado por unanimidade.

- Projeto de Lei n.º 877/XV/1.^a (IL) - Inclui crianças com ambos os pais a desenvolverem atividade profissional nos critérios de acesso às creches gratuitas;

Relator: Hugo Maravilha (PSD);

Por sua vez, o Senhor Deputado Hugo Maravilha (PSD) pronunciou-se sobre o objeto, motivação e conteúdo da iniciativa em epígrafe, o enquadramento legal, a apreciação da conformidade dos requisitos formais, constitucionais e regimentais e do cumprimento da lei formulário e ainda sobre as iniciativas legislativas e petições pendentes sobre a



Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

ATA NÚMERO 65/XV/2.ª SL

matéria, concluindo que o projeto de lei poderia não cumprir com os requisitos constitucionais, já que, de acordo com a orientação do Tribunal Constitucional constante do Acórdão n.º 214/2011, uma lei da Assembleia da República não podia revogar um regulamento do Governo sem ter previamente revogado a norma legal que habilitou este último, sob pena de o privar dos instrumentos que a Constituição lhe atribui para prosseguir as tarefas que lhe são cometidas, violando assim o princípio da separação de poderes. Como tal, sugeriu que a decisão sobre a admissibilidade da discussão da iniciativa deveria ser tomada por Sua Excelência o Presidente da Assembleia da República que, se assim o entendesse, poderia pedir parecer à Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias.

Não se tendo verificado nenhuma pronúncia, o relatório foi de igual modo aprovado por unanimidade.

- **Projeto de Lei n.º 882/XV/1.ª (PAN)** — Cria um apoio extraordinário para a frequência de creches ou amas, destinado às crianças que não tenham tido acesso a vaga abrangida pela gratuitidade no setor social e solidário ou nas creches licenciadas da rede privada lucrativa;

Relatora: Deputada Mara Lagriminha Coelho (PS);

De novo no uso da palavra, a Senhora Deputada Mara Lagriminha Coelho (PS) deu também neste ponto por reproduzido o conteúdo da nota técnica, reservando, tal como os anteriores relatores, a sua posição para o debate em Plenário e concluindo pelo cumprimento dos requisitos formais, constitucionais e regimentais aplicáveis e pela remessa a Sua Excelência o Presidente da Assembleia da República. Submetido a votação, foi também este aprovado por unanimidade.

- **Proposta de Lei n.º 95/XV/1.ª (GOV)** – Autoriza o Governo a legislar sobre o regime jurídico relativo à qualificação e formação dos inspetores de veículos a motor;

Relatora: Deputada Carla Castro (IL);

Por último, a Senhora Deputada Carla Castro (IL) procedeu à apresentação sucinta do relatório da proposta de lei em análise, mencionando o seu objeto, conteúdo e motivação, o enquadramento legal e parlamentar, as consultas efetuadas e os contributos recebidos. Nestes termos, eximindo-se de expressar a sua opinião sobre o tema, constatou a verificação dos requisitos constitucionais e regimentais para a



Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

ATA NÚMERO 65/XV/2.^a SL

discussão em Plenário. Tal como os anteriores, o presente relatório foi aprovado por unanimidade.

- 4. Discussão e votação do relatório sobre a [Petição n.º 170/XV/1.^a](#) — Pela prorrogação do prazo para execução de obras referenciadas no relatório do ISS, I.P. nas instalações sitas na Rua da Vila, Penamaior, Paços de Ferreira, da iniciativa de Andreia Cristina Portela Peixoto (363 assinaturas);
Relatora: Deputada Cristina Mendes da Silva (PS);**

No que toca ao relatório *sub judice*, a Senhora Deputada relatora fez referência ao objeto da petição e às diligências efetuadas, mormente o pedido de informações ao Governo, que não obteve resposta, assinalando que, face ao número de assinaturas (363), não era obrigatória a discussão em Plenário, nem a audição de peticionários nem a publicação em Diário da Assembleia da República. Abstendo-se de igual forma de manifestar a sua opinião, concluiu pelo cumprimento dos pressupostos de tramitação aplicáveis, devendo dar-se conhecimento do peticionado a todos os Deputados e ao Governo, e remetendo-se por fim a Sua Excelência o Presidente da Assembleia da República, tendo em vista o seu arquivamento. A final, o relatório foi aprovado por unanimidade.

- 5. Discussão e votação do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD para audição, com carácter de urgência, do anteriores Provedores da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Edmundo Martinho e João Pedro Correia, bem como a anterior Administradora, Filipa Klut, sobre «os factos e acontecimentos que deram origem à atual situação problemática da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa»;**

Tomando da palavra, o Senhor Deputado Tiago Barbosa Ribeiro (PS) pediu o adiamento deste ponto para a subsequente reunião da Comissão.

Perante isto, o Senhor Deputado Nuno Carvalho (PSD), apoiado no n.º 1 do artigo 11.º do Regulamento da Comissão, solicitou a interrupção dos trabalhos por período não superior a 15 minutos, a fim de o GP do PS poder sopesar o pedido de adiamento, explicando que, durante as audições desta manhã, havia sido referido o envio das irregularidades detetadas ao Ministério Público, para investigação, já que estariam em causa milhões de euros em despesas não autorizadas da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.



Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

ATA NÚMERO 65/XV/2.ª SL

Assim sendo, e depois de a Senhora Presidente ter lido de viva-voz a redação da norma invocada, procedeu-se à demandada suspensão, finda a qual o Senhor Deputado Nuno Carvalho (PSD) acrescentou que, se pudessem, teriam dado entrada de um requerimento potestativo, o que neste caso não era exequível porque se exorbitava o âmbito dos artigos 102.º e 104.º do RAR. Assim sendo, esperavam que o GP do PS pudesse reconsiderar e que agora tivesse algo diferente a dizer.

Contudo, o Senhor Deputado Tiago Barbosa Ribeiro (PS) respondeu que os 15 minutos de pausa tinham servido outrossim para o PSD debater no seio do próprio Grupo Parlamentar e que o GP do PS não entraria na discussão naquele dia, reiterando que o adiamento potestativo não carecia de votação.

6. Discussão e votação do relatório de atividades da Comissão referente à 1.ª Sessão Legislativa da XV Legislatura;

A proposta de relatório de atividades previamente distribuída por todos foi aprovada por unanimidade.

7. Outros assuntos.

No último ponto da Ordem de Trabalhos, não se verificou nenhuma oposição ao escrutínio da COM(2023)512 - Proposta de DIRETIVA DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que cria o cartão europeu de deficiência e o cartão europeu de estacionamento para pessoas com deficiência, cabendo ao GP do PS nomear o competente relator, com a celeridade possível.

De seguida, e aprovado que estava o relatório de atividades, a Senhora Presidente recordou que havia sido fixado o envio de contributos para o plano de atividades da Comissão até sexta-feira, 29 de setembro, urgindo os Grupos Parlamentares a cumprir com esse fito e dando nota que já tinham surgido algumas ideias que deveriam ser vertidas para este documento, chamando a atenção para a importância das respetivas implicações orçamentais.



Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

ATA NÚMERO 65/XV/2.ª SL

Já no que tange à tramitação na especialidade do Projeto de Lei n.º 852/XV/1.ª (PS) - Altera o Decreto-Lei n.º 91/2009, de 9 de abril, e o Decreto-Lei n.º 89/2009, de 9 de abril, criando o subsídio para acompanhamento no âmbito de deslocação a unidade hospitalar localizada fora da ilha de residência da grávida, e levando em consideração que estava em curso o prazo para apresentação de propostas de alteração, que terminaria na sexta-feira, 29 de setembro, o GP do PS indicou que comunicaria por escrito se pretendia alterar este calendário.

Destarte, a Senhora Presidente transmitiu ainda que a Comissão de Educação e Ciência, na pessoa do seu Presidente, Deputado Alexandre Quintanilha, havia convidado a 10.ª Comissão a coorganizar um evento dedicado ao Ano Europeu das Competências 2023, tendo sido ainda aventado que se pudesse alargar esta articulação à Comissão de Assuntos Europeus. A este respeito, foi destacada a pertinência da aprendizagem ao longo da vida e da abordagem conjunta destas matérias, inferindo-se, face à ausência de oposições, que a resposta seria afirmativa, com posterior ajuste dos respetivos termos.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 13:40 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 4 de outubro de 2023.

A PRESIDENTE

(ISABEL MEIRELLES)



Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

ATA NÚMERO 65/XV/2.^a SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Catarina Lobo (PS)
Cristina Mendes Da Silva (PS)
Cristina Sousa (PS)
Gilberto Anjos (PS)
Jorge Gabriel Martins (PS)
Marta Freitas (PS)
Paula Reis (PS)
Rita Borges Madeira (PS)
Sérgio Monte (PS)
Tiago Barbosa Ribeiro (PS)
Clara Marques Mendes (PSD)
Helga Correia (PSD)
Hugo Maravilha (PSD)
Isabel Meireles (PSD)
Nuno Carvalho (PSD)
Jorge Galveias (CH)
Carla Castro (IL)
Alfredo Maia (PCP)
José Moura Soeiro (BE)
Francisco César (PS)
Irene Costa (PS)
Mara Lagriminha Coelho (PS)
Carla Madureira (PSD)
Lina Lopes (PSD)

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Ana Bernardo (PS)
Fernando José (PS)
Joana Barata Lopes (PSD)
Pedro Roque (PSD)

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Emília Cerqueira (PSD)